



Estratégia
Carreira Jurídica

2º SIMULADO

JUIZ TJ PR

2º Simulado Especial

2º Simulado Juiz TJPR

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJPR;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-Juiz-TJ-PR-29-08>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| 01 – (A) (B) (C) (D) | 21 – (A) (B) (C) (D) | 41 – (A) (B) (C) (D) | 61 – (A) (B) (C) (D) | 81 – (A) (B) (C) (D) |
| 02 – (A) (B) (C) (D) | 22 – (A) (B) (C) (D) | 42 – (A) (B) (C) (D) | 62 – (A) (B) (C) (D) | 82 – (A) (B) (C) (D) |
| 03 – (A) (B) (C) (D) | 23 – (A) (B) (C) (D) | 43 – (A) (B) (C) (D) | 63 – (A) (B) (C) (D) | 83 – (A) (B) (C) (D) |
| 04 – (A) (B) (C) (D) | 24 – (A) (B) (C) (D) | 44 – (A) (B) (C) (D) | 64 – (A) (B) (C) (D) | 84 – (A) (B) (C) (D) |
| 05 – (A) (B) (C) (D) | 25 – (A) (B) (C) (D) | 45 – (A) (B) (C) (D) | 65 – (A) (B) (C) (D) | 85 – (A) (B) (C) (D) |
| 06 – (A) (B) (C) (D) | 26 – (A) (B) (C) (D) | 46 – (A) (B) (C) (D) | 66 – (A) (B) (C) (D) | 86 – (A) (B) (C) (D) |
| 07 – (A) (B) (C) (D) | 27 – (A) (B) (C) (D) | 47 – (A) (B) (C) (D) | 67 – (A) (B) (C) (D) | 87 – (A) (B) (C) (D) |
| 08 – (A) (B) (C) (D) | 28 – (A) (B) (C) (D) | 48 – (A) (B) (C) (D) | 68 – (A) (B) (C) (D) | 88 – (A) (B) (C) (D) |
| 09 – (A) (B) (C) (D) | 29 – (A) (B) (C) (D) | 49 – (A) (B) (C) (D) | 69 – (A) (B) (C) (D) | 89 – (A) (B) (C) (D) |
| 10 – (A) (B) (C) (D) | 30 – (A) (B) (C) (D) | 50 – (A) (B) (C) (D) | 70 – (A) (B) (C) (D) | 90 – (A) (B) (C) (D) |
| 11 – (A) (B) (C) (D) | 31 – (A) (B) (C) (D) | 51 – (A) (B) (C) (D) | 71 – (A) (B) (C) (D) | 91 – (A) (B) (C) (D) |
| 12 – (A) (B) (C) (D) | 32 – (A) (B) (C) (D) | 52 – (A) (B) (C) (D) | 72 – (A) (B) (C) (D) | 92 – (A) (B) (C) (D) |
| 13 – (A) (B) (C) (D) | 33 – (A) (B) (C) (D) | 53 – (A) (B) (C) (D) | 73 – (A) (B) (C) (D) | 93 – (A) (B) (C) (D) |
| 14 – (A) (B) (C) (D) | 34 – (A) (B) (C) (D) | 54 – (A) (B) (C) (D) | 74 – (A) (B) (C) (D) | 94 – (A) (B) (C) (D) |
| 15 – (A) (B) (C) (D) | 35 – (A) (B) (C) (D) | 55 – (A) (B) (C) (D) | 75 – (A) (B) (C) (D) | 95 – (A) (B) (C) (D) |
| 16 – (A) (B) (C) (D) | 36 – (A) (B) (C) (D) | 56 – (A) (B) (C) (D) | 76 – (A) (B) (C) (D) | 96 – (A) (B) (C) (D) |
| 17 – (A) (B) (C) (D) | 37 – (A) (B) (C) (D) | 57 – (A) (B) (C) (D) | 77 – (A) (B) (C) (D) | 97 – (A) (B) (C) (D) |
| 18 – (A) (B) (C) (D) | 38 – (A) (B) (C) (D) | 58 – (A) (B) (C) (D) | 78 – (A) (B) (C) (D) | 98 – (A) (B) (C) (D) |
| 19 – (A) (B) (C) (D) | 39 – (A) (B) (C) (D) | 59 – (A) (B) (C) (D) | 79 – (A) (B) (C) (D) | 99 – (A) (B) (C) (D) |
| 20 – (A) (B) (C) (D) | 40 – (A) (B) (C) (D) | 60 – (A) (B) (C) (D) | 80 – (A) (B) (C) (D) | 100 – (A) (B) (C) (D) |

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

01. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 12.376/2010) é correto afirmar que:

- a) para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se executarem.
- b) a sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, quando relativo a bens móveis, e à lei da localização do bem imóvel.
- c) é competente a autoridade judiciária brasileira, quando aqui tiver de ser cumprida a obrigação.
- d) não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz afastar a sua aplicabilidade.

02. Em relação à ação de exigir contas, nos casos de pensão, entende o Superior Tribunal de Justiça que:

- a) não cabe tal ação, visto que o guardião do alimentando goza de presunção e boa-fé;
- b) deverá ser ajuizada contra o próprio alimentando, que será representado por seu guardião;
- c) é cabível, desde que proposta sem a finalidade de apurar a existência de eventual crédito;
- d) não cabe tal ação, visto que configuraria um modo prático de verificar a existência de crédito.

03. São impenhoráveis os seguintes bens e direitos, exceto:

- a) os valores oriundos de empréstimo consignado;
- b) os valores oriundos de pensão por morte;
- c) os valores oriundos de empréstimo consignado em que o mutuário comprovar que os recursos são necessários à de sua manutenção e de sua família;
- d) os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei

04. Em relação aos contratos de compra e venda, entende o Superior Tribunal de Justiça que:

- a) o arrendamento residencial não tem natureza jurídica de compra e venda nem de promessa de compra e venda.

b) no caso de resolução de contrato por atraso na entrega de imóvel além do prazo de tolerância, por culpa da incorporadora, o termo *ad quem* dos lucros cessantes é a data da assinatura do contrato.

c) é nula a cláusula contratual que transfere ao promitente-comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária.

d) prescreve em cinco anos a pretensão de restituição dos valores pagos a título de comissão de corretagem ou de serviço de assistência técnico-imobiliária (SATI), ou atividade congênera.

05. Não é requisito legal do testamento público:

- a) ser escrito por tabelião ou por seu substituto legal em seu livro de notas, de acordo com as declarações do testador, podendo este servir-se de minuta, notas ou apontamentos;
- b) lavrado o instrumento, ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do oficial;
- c) que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas;
- d) ser o instrumento, em seguida à leitura, assinado pelo testador, pelas testemunhas e pelo tabelião.

06. Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a responsabilidade civil, é correto afirmar que:

- a) o ato de vandalismo que resulta no rompimento de cabos elétricos de vagão de trem exclui a responsabilidade da concessionária/transportadora, pois configura ato exclusivo de terceiro.
- b) o Estado responde de forma objetiva quando a situação envolver atividade naturalmente perigosa, sendo irrelevante o fato de a conduta ser comissiva ou omissiva.
- c) pela morte de paciente em atendimento custeado pelo SUS incidirá o prazo prescricional de três anos para ser requerida a indenização.

d) a operadora de plano de saúde tem responsabilidade solidária por defeito na prestação de serviço médico em qualquer hipótese.

07. Estará impedida, suspensa ou interrompida a decadência:

- a) quando pender condição suspensiva.
- b) quando não estiver vencido o prazo.
- c) quando for direito relacionado ao menor de dezesseis anos;
- d) quando se referir a relação entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.

08. Em relação ao contrato com pessoa a declarar, é correto afirmar que:

- a) o contrato será eficaz somente entre os contratantes originários se se houver indicação de pessoa, ou se o nomeado se recusar a aceitá-la.
- b) o contrato será eficaz somente entre os contratantes originários se se a pessoa nomeada era insolvente, e a outra pessoa o conhecia no momento da indicação.
- c) se a pessoa a nomear era incapaz ou insolvente no momento da nomeação, o contrato produzirá seus efeitos entre os contratantes originários.
- d) pode uma das partes reservar-se a faculdade de indicar a pessoa que deve adquirir os direitos e assumir as obrigações dele decorrentes, desde que assim proceda no início das negociações.

09. Em relação ao condomínio edilício e às obrigações relativas aos condôminos, é correto afirmar que:

- a) o imóvel gerador dos débitos condominiais pode ser objeto de penhora em cumprimento de sentença, ainda que somente o ex-companheiro tenha figurado no polo passivo da ação de conhecimento.
- b) é direito do condômino contribuir para as despesas do condomínio na proporção das suas frações ideais.
- c) apesar das limitações legais às alterações estéticas da edificação, é permitido que o condômino altere a

forma da fachada, não sendo permitido que altere a sua cor.

d) as despesas relativas a partes comuns de uso exclusivo de um condômino devem ser incluídas no cálculo da taxa condominial, já que é custo distribuído entre todos.

10. Extingue-se a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção pelo não uso, durante:

- a) cinco anos contínuos.
- b) cinco anos ao todo, ainda que descontinuados.
- c) dez anos contínuos.
- d) dez anos ao todo, ainda que descontinuados.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Eduardo Calvert

11. Jurisdição pode ser definida como função do Estado, destinada à solução imperativa de conflitos e exercida mediante a atuação da vontade do direito em casos concretos. Sobre os princípios aplicáveis à jurisdição, é incorreto afirmar:

- a) O princípio da indeclinabilidade impede o juiz de deixar de decidir sobre o pretexto de lacuna ou de obscuridade na lei. Significa que é vedado ao juiz proferir o *non liquet*.
- b) A inevitabilidade representa o fato de a jurisdição impor-se aos jurisdicionados independentemente de sua vontade.
- c) O princípio da inércia determina que é ônus do interessado provocar a atividade estatal por meio do exercício da demanda.
- d) O princípio do juiz natural assegura que a jurisdição seja exercida por terceiro independente e imparcial, impedindo qualquer alteração na competência após a distribuição do processo.

12. Nos autos de processo de natureza condenatória proposto por determinada sociedade empresária, houve liminarmente a concessão de tutela de urgência de natureza cautelar, consistente no arresto de bens do réu, diante do risco ao resultado útil do processo representado pela dilapidação do patrimônio do réu. Após a apresentação da contestação, o advogado do réu tomou conhecimento do fato de que o marido da juíza que atua no feito é advogado sócio do escritório que representa a autora no processo, mas não figura como mandatário nos autos. Sobre essa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) Por se tratar de hipótese de suspeição da magistrada, o réu não poderá mais argui-la no processo, uma vez que deixou de fazê-lo em sede de contestação.
- b) Por se tratar de hipótese de impedimento da magistrada, deverá o réu alegar o impedimento por meio de incidente proposto no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, diretamente perante o Tribunal de Justiça.
- c) Caso não reconheça o impedimento arguido pelo réu por meio de petição, ao julgar o incidente o tribunal condenará a juíza nas custas.
- d) Por se tratar de provimento de urgência, a decisão de natureza cautelar proferida pela magistrada não será considerada nula, sem prejuízo de revisão de seu teor pelo magistrado a quem forem remetidos os autos.

13. Pendendo demanda entre Marcela e Maria, Jussara detém interesse em que a sentença seja favorável à segunda, tendo em vista que mantém com esta relação jurídica subordinada à relação jurídica mantida entre Marcela e Maria. Nesta hipótese:

- a) Jussara pode requerer o seu ingresso no processo como terceiro interveniente, na qualidade de assistente simples de Maria.
- b) Jussara pode requerer o seu ingresso no feito na qualidade de litisconsorte de Maria.
- c) Jussara somente poderá requerer o seu ingresso no feito como terceiro interveniente se mantiver relação jurídica diretamente com Marcela.

d) O juiz deverá determinar à autora que requeira a citação de Jussara, no prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.

14. Rogério propôs demanda contra Júlio, por meio da qual pede a condenação do réu ao pagamento de indenização a título de danos morais e materiais advindos de acidente de trânsito. Em relação aos danos materiais, Rogério pediu a condenação do réu ao pagamento de R\$ 10 mil a título de danos emergentes, além do pagamento de lucros cessantes em razão da impossibilidade de trabalhar que adveio ao autor em decorrência do acidente, no montante de R\$ 1 mil por mês, desde a data do acidente até o fim da convalescença; em relação aos danos morais, Rogério pediu que eles sejam arbitrados pelo magistrado. Diante desta situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) No que diz respeito aos danos materiais, o valor da causa deve ser de R\$ 22 mil, relativos ao pedido de danos emergentes somado ao valor de uma prestação anual do pedido de lucros cessantes.
- b) O valor da causa deverá considerar a soma do pedido relativo aos danos emergentes, das parcelas vencidas relativas aos lucros cessantes, de uma prestação anual relativa às parcelas vincendas e do valor pretendido a título de danos morais.
- c) O pedido referente aos danos morais deve ser certo e determinado, devendo o juiz conceder prazo para que Rogério emende a petição inicial. No entanto, o valor do pedido não deve integrar o valor da causa, tendo em vista que o valor pretendido é meramente estimativo.
- d) Em relação aos lucros cessantes, por ser a obrigação por tempo indeterminado, o valor da causa deverá compreender apenas as parcelas vencidas.

15. Sócrates propôs demanda contra Raimundo, veiculando pedido de declaração de nulidade de negócio jurídico de doação de bem imóvel por meio do qual Sócrates doou a Raimundo determinado imóvel urbano. Para fundamentar o seu pedido, Sócrates afirmou que o motivo determinante, comum a ambas as partes, era ilícito (artigo 166, III, do Código Civil), tendo em vista que o imóvel constituía garantia de pagamento de operação de mútuo por meio da qual Raimundo impunha a Sócrates o pagamento de juros em taxas superiores às permitidas em lei, não sendo a intenção das partes a efetiva transferência da propriedade. Após regular trâmite processual, o juiz prolatou sentença de procedência, declarando nulo o negócio jurídico de doação. Em sua fundamentação, o juiz considerou que os fatos narrados pelo autor e comprovados na instrução processual representavam hipótese de simulação, nos termos do artigo 167 do Código Civil. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) A sentença prolatada pelo juiz de primeira instância é nula, tendo em vista que desrespeitou o princípio da adstrição ao considerar causa de pedir distinta daquela formulada pelo autor para fundamentar o julgamento.
- b) A sentença prolatada pelo juiz de primeira instância é nula, uma vez que a simulação é causa de anulabilidade do negócio jurídico, de forma que o seu conhecimento acarreta a desconstituição do negócio jurídico, providência diversa do formulado pelo autor, de natureza declaratória.
- c) A sentença prolatada pelo juiz de primeira instância é válida, uma vez que, por força do princípio da demanda, o juiz apenas está vinculado aos pedidos formulados pelo autor, e não às causas de pedir.
- d) A sentença prolatada pelo juiz de primeira instância é válida, uma vez que, pela regra *iura novit curia*, o juiz pode dar aos fatos afirmados pelas partes interpretação jurídica diferente daquela proposta.

16. Sobre a contestação e a reconvenção e sua disciplina pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Na hipótese de não realização da audiência de conciliação em razão da manifestação expressa de ambas as partes sobre o desinteresse na composição consensual, o prazo de 15 dias para oferecimento da contestação será contado da intimação do réu sobre o cancelamento da audiência designada.
- b) Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.
- c) O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público e ao curador especial, mas se aplica ao advogado dativo.
- d) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção

17. Sobre as técnicas de julgamento antecipado do processo e sua disciplina pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz pode reconhecer a falta de interesse processual em relação a parcela dos pedidos deduzidos pelo autor na demanda e proferir decisão parcial com fundamento no artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. Nesta hipótese, a decisão não é recorrível imediatamente.
- b) O juiz deve julgar antecipadamente o pedido se as partes, intimadas para se manifestarem sobre as provas que pretendem produzir, deixarem de se manifestar, uma vez que não pode determinar a produção de provas de ofício.
- c) O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso ou estiver em condições de imediato julgamento. A parte poderá executar desde logo a obrigação reconhecida e, mesmo que houver recurso interposto contra a decisão, estará dispensada de prestar caução.

d) No caso de revelia do réu, o juiz deverá julgar antecipadamente o pedido, indeferindo eventual pedido de produção de provas.

18. Sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa correta:

a) Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a teoria da encampação não pode ser aplicada no mandado de segurança para mitigar a indicação errônea da autoridade coatora por parte do impetrante.

b) Equiparam-se às autoridades, para fins do mandado de segurança, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.

c) É cabível mandado de segurança contra os atos de autoridade e de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

d) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo.

19. Sobre os recursos e sua disciplina pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

b) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, apenas quando atuar como parte.

c) Sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir o outro. O recurso adesivo será conhecido ainda que houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.

d) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso, mas a desistência manifestada após o juiz ode admissibilidade dependerá de anuência do recorrido ou dos litisconsortes para ser homologada.

20. Em se tratando de decisão liminar que deferiu tutela de urgência em favor do autor anteriormente à citação do réu:

a) O prazo para a interposição do recurso conta-se da data em que o réu foi pessoalmente intimado acerca da decisão.

b) A concessão de tutela de urgência de evidência independe da demonstração de perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

c) Dentre as tutelas de urgência, somente a tutela antecipada pode ser requerida concomitantemente com o pedido principal.

d) O autor responderá pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar ao réu se a sentença lhe for desfavorável.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

21. À luz da jurisprudência do STJ, julgue os itens a seguir, a respeito de relações consumeristas.

I A inversão do ônus da prova, diante da hipossuficiência do consumidor, não ocorre *ope legis*, mas *ope iudicis*, vale dizer, é o juiz que, de forma prudente e fundamentada, aprecia os aspectos de verossimilhança das alegações do consumidor ou de sua hipossuficiência.

II A vedação à denunciação da lide prevista no código consumerista restringe-se à responsabilidade de comerciante por fato do produto, sendo permitida a denunciação nas demais hipóteses de responsabilidade civil por acidentes de consumo.

III Em demanda que trata da responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço, a inversão do ônus da prova opera-se *ope legis*.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

22. Determinada farmácia de produtos manipulados colocou à venda medicamento indutor do sono, sem especificar sobre os efeitos colaterais, a nocividade ou periculosidade do produto, na embalagem. Acerca do tema, é correto afirmar que:

- a) a farmácia incorrerá apenas em pena de multa.
- b) a farmácia incorrerá apenas em sanção administrativa.
- c) a farmácia poderá ser punida com pena de reclusão de seis meses a dois anos e multa.
- d) a farmácia poderá ser punida por culpa.

23. À luz do Código de Defesa do Consumidor, julgue os itens.

I Nas ações coletivas para defesa dos interesses individuais homogêneos, a liquidação e a execução de sentença poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores, assim como pelos legitimados para a defesa coletiva.

II É competente para a execução o juízo da liquidação da sentença ou da ação condenatória, no caso de execução coletiva.

III Em caso de concurso de créditos decorrentes de condenação em ação civil pública e de indenizações pelos prejuízos individuais resultantes do mesmo evento danoso, aquelas terão preferência no pagamento.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.

24. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz:

- a) converterá a obrigação em perdas e danos se por elas optar o autor e se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.
- b) concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

c) indenização por perdas e danos, excluindo, nesse caso, eventual aplicação de multa.

d) concederá a tutela liminarmente ou após justificção prévia, citado o réu, independentemente do fundamento da demanda.

25. Jonas adquiriu um notebook da marca Tosh para utilização em seu ofício de consultoria em engenharia, na Loja PC e mais. Com apenas dois meses de uso, o referido computador apresentou defeito, ficando sem sinal e tela de imagem, impossibilitando o acesso aos arquivos produzidos em decorrência do seu trabalho. Tendo entregue o produto para ser reparado pela Loja PC e mais, após o prazo de trinta dias para conserto, constatou que essa havia mudado de endereço e, em dois meses de diligências, inclusive perante a Junta Comercial do Estado, conseguiu reaver o aparelho, oportunidade em que constatou terem sido perdidos os dados já armazenados. Jonas, então, ajuizou ação ordinária de indenização por danos patrimoniais e morais em face da empresa Tosh, a qual alegou, em contestação, ilegitimidade passiva, salientando que não produziu ou comercializou o equipamento adquirido pelo autor, apesar de ostentar a mesma marca, e, portanto, que não lhe incumbia a responsabilidade pela sua manutenção ou conserto, uma vez que, em relação aos produtos importados, a legislação consumerista impõe a responsabilidade ao importador. Acerca dessa situação, à luz da jurisprudência pátria, é correto afirmar:

a) O Código de Defesa do Consumidor não permite a adoção da Teoria da Aparência, de modo que o conceito de fornecedor é limitado ao disposto expressamente na lei.

b) Não se considera fornecedor aquele que não tendo participado diretamente do processo de fabricação, apresenta-se como tal por ostentar nome, marca ou outro sinal de identificação em comum com o bem que foi fabricado por um terceiro.

c) Reconhece-se a responsabilidade subsidiária do fornecedor aparente para arcar com os danos causados pelos bens comercializados sob a mesma identificação (nome/marca).

d) A empresa pode ser caracterizada como fornecedora aparente para fins de responsabilização civil pelos danos causados pela

comercialização do produto defeituoso que ostenta marca de expressão global, inclusive com a inserção da mesma em sua razão social, ainda que não tenha sido sua fabricante direta.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

26. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar algumas medidas socioeducativas ao adolescente. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) Buscando a convivência comunitária, os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental serão alocados juntamente com os demais.
- b) A advertência poderá ser aplicada sempre que houver provas suficientes da autoria e da materialidade da infração.
- c) A obrigação de reparar o dano exige, para sua aplicação, a prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.
- d) Em caso de manifesta impossibilidade, a obrigação de reparar o dano poderá ser substituída por outra medida adequada.

27. A Lei nº 12.594/2012 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Em relação aos programas de privação de liberdade, pode-se afirmar que:

- a) Para que seja feita a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação deve-se comprovar a existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas.
- b) Em se tratando de programas de regime de semiliberdade ou internação, são dispensadas atividades de natureza coletiva.
- c) Sempre que necessário e conforme o juízo do dirigente do programa, será permitido o isolamento cautelar do adolescente.
- d) A Lei não estabelece qualquer vedação geográfica à localização das unidades socioeducativas.

28. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que deverá ser adotado o sistema recursal do Código de Processo Civil com algumas adaptações. Sobre o tema, é correto que:

- a) o recorrente deverá comprovar o preparo no ato de interposição do recurso.
- b) os recursos terão preferência de julgamento e contarão com relator e revisor.
- c) em todos os recursos, salvo nos embargos de declaração, o prazo para o Ministério Público e para a defesa será sempre de 10 dias corridos.
- d) em todos os recursos, salvo nos embargos de declaração, o prazo será decenal e sua contagem considerará apenas os dias úteis, vedado o prazo em dobro para o Ministério Público.

29. A Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU foi promulgada pelo Decreto nº 99.710/90 e estabelece que:

- a) A Convenção, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera como criança a pessoa até doze anos de idade incompletos.
- b) Toda criança tem o direito inerente à vida e deverá ser registrada imediatamente após seu nascimento e terá direito, desde o momento em que nasce, a um nome, a uma nacionalidade, a conhecer seus pais e ser cuidada por eles.
- c) Às crianças é assegurada a liberdade de pensamento, de consciência e de crença, de modo que a liberdade de professar a própria religião ou as próprias crenças não encontrará limitações.
- d) As crianças gozam de liberdade de associação e de liberdade para realizar reuniões pacíficas, podendo sofrer as limitações legais e necessárias numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional ou pública, da ordem pública, da proteção à saúde e à moral públicas ou da proteção aos direitos e liberdades dos demais.

30. A Declaração Universal dos Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia das Nações Unidas em novembro de 1959 e ratificada pelo Brasil prevendo que:

- a) Todas as crianças, sem qualquer exceção, serão destinatárias dos direitos previstos na Declaração, sem qualquer distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição. As condições familiares, no entanto, deverão ser aferidas para que a criança possa gozar dos direitos previstos.
- b) À criança incapacitada física, mental ou socialmente serão proporcionados o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos pela sua condição peculiar.
- c) À criança são assegurados, desde sua concepção, um nome e uma nacionalidade.
- d) A criança gozará proteção social e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidade e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Para tanto, a Declaração prevê a instituição de medidas legislativas, administrativas e judiciais que levarão em conta, sobretudo, os melhores interesses da criança.

DIREITO PENAL

Rodrigo Assumpção

31. Sobre os princípios penais, é correto afirmar:

- a) os princípios da legalidade e da anterioridade pressupõem a existência de lei anterior à prática de uma determinada conduta para que esta possa ser considerada crime;
- b) de acordo com o princípio da ofensividade, também denominado princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos, o direito penal não deve tutelar valores exclusivamente morais.
- c) o princípio da legalidade não se aplica às medidas de segurança, cuja natureza jurídica é de uma medida terapêutica, não se enquadrando elas às espécies de sanção penal.

d) o princípio da adequação social determina que o Direito Penal deve tutelar apenas os valores considerados imprescindíveis para a sociedade.

32. Acerca da classificação dos crimes, assinale a alternativa correta:

- a) Nos chamados crimes de mão própria, é incabível o concurso de pessoas.
- b) Crime omissivo próprio é aquele cujo agente produz um resultado por meio da omissão.
- c) Os crimes de mera conduta são de consumação antecipada.
- d) O crime de aborto com consentimento da gestante pode ser classificado como crime vago.

33. A respeito da teoria geral do crime, assinale a alternativa correta:

- a) Elemento subjetivo especial é aquele que depende de uma valoração jurídica, a exemplo do ato obsceno.
- b) O desvalor da ação e o desvalor do resultado devem ser aferidos a partir da lesão ou exposição a risco do bem jurídico tutelado.
- c) Segundo a teoria da actio libera in causa, afere-se a imputabilidade do agente no momento anterior ou concomitante ao crime.
- d) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza só responde pelos atos já praticados, ocorrendo assim a hipótese de arrependimento eficaz.

34. A respeito do concurso de pessoas, assinale a alternativa correta.

- a) O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento que rechaça a hipótese de concurso de pessoas em crimes culposos.
- b) A coautoria exige que todos os coautores tenham o mesmo comportamento.
- c) Segundo entendimento majoritário da doutrina, em matéria de participação no concurso de pessoas, adota-se a teoria da acessoriedade mínima.
- d) Os crimes funcionais impróprios são identificáveis porque o fato punível é incriminado, mesmo quando não praticado por funcionário público, como acontece com o delito de peculato.

35. Em relação à parte especial do Código Penal, é correto assinalar que se trata de entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

- a) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal.
- b) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada.
- c) O princípio da insignificância pode ser aplicado ao crime de peculato culposo, desde que haja mínima ofensividade na conduta, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e a lesão jurídica seja inexpressiva.
- d) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica.

36. Considere as seguintes assertivas e assinale a opção correta em relação aos crimes previstos na parte especial do Código Penal:

- a) A perda de um dos rins pela vítima como consequência da agressão perpetrada pelo agente, constitui lesão corporal gravíssima.
- b) Para praticar o aborto necessário, o médico não necessita do consentimento da gestante.
- c) O homicídio qualificado-privilegiado é considerado crime hediondo.
- d) Não é possível ao juiz, em nenhuma hipótese, deixar de aplicar a pena ao sujeito ativo do crime de homicídio.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

37. A respeito da jurisdição e competência, assinale a alternativa correta de acordo com o entendimento dos tribunais superiores.

- a) O foro por prerrogativa de função, de acordo com entendimento uniforme das cortes superiores, em situação alguma se estende à fase pré-processual, sendo desnecessária a autorização do Ministro-Relator para a investigação e para o indiciamento.

b) Se, iniciado o processo perante um juiz, houver desclassificação para infração da competência de outro, a este será remetido o processo, ainda que mais graduada for a jurisdição do primeiro.

c) Verificada a reunião dos processos por conexão ou continência, se no processo da sua competência própria venha o juiz ou tribunal a proferir sentença absolutória ou que desclassifique a infração para outra que não se inclua na sua competência, não será mais competente em relação aos demais processos.

d) O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas, de modo que, após o final da instrução processual, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo.

38. A respeito do procedimento do tribunal do júri, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar:

a) pode o juiz presidente do tribunal do júri reconhecer a atenuante genérica de confissão espontânea, ainda que não tenha sido debatida no plenário.

b) as nulidades existentes na decisão de pronúncia não estão sujeitas à preclusão.

c) o juiz está vinculado ao pedido de impronúncia ou absolvição sumária formulado pela acusação em alegações finais.

d) não é cabível a desconstituição da decisão do Júri por meio de revisão criminal, em razão do princípio da soberania dos veredictos.

39. Em relação ao inquérito policial, é correto afirmar:

- a) o inquérito deverá terminar no prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- b) para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que exista concordância por parte da vítima.
- c) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito apenas no caso de reconhecimento de prescrição da pretensão punitiva estatal.
- d) nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

40. Julgue os itens a seguir a respeito das nulidades no processo penal.

I – A inobservância do rito previsto no art. 212 do CPP no momento de formulação de perguntas pelo juiz à testemunha é causa de nulidade absoluta segundo os tribunais superiores.

II – A falta de advertência ao réu sobre o direito de permanecer em silêncio durante o interrogatório policial é causa de nulidade processual absoluta.

III – É possível o reconhecimento, de ofício, de nulidade em prejuízo do réu, ainda que ela não tenha sido alegada no recurso da acusação.

IV – Inexiste nulidade ocorrida no curso do inquérito policial que repercuta na ação penal.

Está correto o que se afirma:

- a) Nas assertivas I e II.
- b) Na assertiva II, apenas.
- c) Nas assertivas I, II e III.
- d) Em nenhuma das assertivas.

41. A respeito das provas no âmbito do processo penal, é correto afirmar que

- a) o valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância.
- b) o juiz ou a autoridade policial não poderão negar perícia requerida pelas partes, dada a feição técnica dessa prova.
- c) o juiz não poderá ouvir testemunhas não indicadas pelas partes, de acordo com a lei, sob pena de violação ao princípio da imparcialidade.
- d) deverá ser excluída do dever de depor e de nenhuma forma será ouvida a testemunha que for menor de 14 (quatorze) anos, ascendente, descendente, cônjuge, irmão ou filho do acusado.

42. Paulo foi indiciado pela prática de delito de furto ocorrido no dia 15/08/2016. Considerando que não existem elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, bem como que Paulo não é reincidente, foi oferecida proposta de acordo de não persecução penal. Nesse caso hipotético, é correto afirmar, de acordo com as alterações promovidas no Código de Processo Penal por meio da Lei n. 13.964/2019, que

- a) para o acordo de não persecução penal, Paulo deverá, obrigatória e inarredavelmente, como condição do acordo, reparar o dano ou restituir a coisa à vítima.
- b) o descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.
- c) o juiz poderá recusar homologação à proposta que não atender aos requisitos legais.
- d) se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo; essa reformulação independe da concordância do acusado e seu defensor.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

43. Assinale a alternativa correta sobre o instituto da colaboração premiada.

- a) O Ministério Público deverá deixar de oferecer denúncia mesmo se o colaborador for o líder da organização criminosa.
- b) O juiz não poderá recusar homologação à proposta que não atender aos requisitos legais, devendo obrigatoriamente adequá-la ao caso concreto
- c) Em todas as fases do processo, deve-se garantir ao réu delatado a oportunidade de manifestar-se após o decurso do prazo concedido ao réu que o delatou.
- d) Apenas em casos específicos a concessão do benefício levará em conta a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração.

44. Analise as proposições abaixo acerca da colaboração premiada prevista na lei referente às organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013):

I - Incumbe à defesa instruir a proposta de colaboração e os anexos com os fatos adequadamente descritos, com todas as suas circunstâncias, indicando as provas e os elementos de corroboração.

II - Em relação ao colaborador, o Ministério Público poderá deixar de oferecer a denúncia, diante da relevância da colaboração premiada, desde que, em sendo o colaborador líder da organização criminosa, seja a primeira pessoa a prestar a colaboração.

III - Em todas as fases do processo, deve-se garantir ao réu delatado a oportunidade de manifestar-se após o decurso do prazo concedido ao réu que o delatou.

IV - O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Todas as proposições são corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV são corretas.
- c) Somente as proposições II e III são corretas.

d) Somente as proposições IV e III são corretas.

45. Sobre a colaboração premiada, é correto afirmar, após as alterações da Lei 13.964/2019, que

- a) apenas o Ministério Público, como órgão titular da ação penal, está legitimado para promover o acordo.
- b) apenas o Delegado de Polícia, como órgão inicial da persecução penal, está legitimado para promover o acordo.
- c) caso o acordo não atenda aos requisitos legais, não poderá ser readequado pelas partes.
- d) O acordo de colaboração premiada pressupõe que o colaborador cesse o envolvimento em conduta ilícita relacionada ao objeto da colaboração, sob pena de rescisão.

46. Qual das alternativas abaixo não contém formalidade obrigatória do termo de colaboração premiada:

- a) as condições da proposta do Ministério Público ou do delegado de polícia.
- b) declaração de aceitação do colaborador ou de seu defensor
- c) as assinaturas do representante do Ministério Público ou do delegado de polícia, do colaborador e de seu defensor.
- d) a especificação das medidas de proteção ao colaborador e à sua família, quando necessário.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Jean Vilbert

47. O neoconstitucionalismo é o modelo de organização jurídico-política adotado no constitucionalismo contemporâneo. Em suas linhas, o movimento constitucional ganha as seguintes características, EXCETO:

- a) Força normativa da constituição.
- b) Rematerialização das constituições.
- c) Constituições concisas.
- d) Superioridade da constituição.

48. Sobre a ADI interventiva e a intervenção federal nos Estados, assinale a alternativa CORRETA:

- a) No caso de garantia do livre exercício dos Poderes nas unidades da Federação, dependerá de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, sendo a competência para julgamento do Supremo Tribunal Federal, que por isso não pode requisitá-la.
- b) No caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral ou do respectivo Tribunal Regional Federal ou Tribunal de Justiça.
- c) No caso de recusa à execução de lei federal, a decretação da intervenção dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Advogado Geral da União.
- d) No caso de princípio constitucional sensível, será dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembleia Legislativa se o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado e essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

49. Sobre as concepções de Constituição, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Segundo Karl Schmitt, a constituição é o conjunto de relações pelas quais a sociedade organiza seu poder, independentemente de texto escrito.
- b) Para Ferdinand Lassale, a constituição é fruto de uma decisão política fundamental.
- c) Peter Haberle defende que a Constituição deve ser entendida em seus dois sentidos possíveis: lógico-jurídico e jurídico-positivo.
- d) Konrad Hesse entende que a Constituição possui força normativa, sendo capaz de condicionar a realidade.

50. Sobre os direitos fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A vida é considerado um direito absoluto.
- b) O Brasil adota com exclusividade o conceito de igualdade na lei, como sinônimo de igualdade material.

c) Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei, o que impede que os cidadãos sejam vinculados por atos infralegais.

d) Em que pese a liberdade intelectual, independe de licença no Brasil apenas a publicação de veículo impresso de comunicação, não prescindindo de autorização os veículos radiofônicos e televisivos.

51. Quanto à constitucionalidade no tempo, marque a opção CORRETA:

- a) Prevalece no Brasil que o ato inconstitucional é inexistente.
- b) O fato de uma norma ser compatível com a nova constituição não é suficiente para validá-la se era incompatível com a constituição vigente ao tempo de sua edição.
- c) Com o advento de uma nova constituição ocorre o fenômeno da recepção da legislação infraconstitucional pela nova ordem constitucional, desde que haja compatibilidade material e formal das normas com a Constituição.
- d) A constitucionalidade da lei no controle abstrato deve ser sempre interpretada de modo objetivo, não se admitindo inconstitucionalidade progressiva.

52. No que se refere ao parâmetro e ao objeto das ações de controle de constitucionalidade, indique a alternativa CORRETA:

- a) Para fins de ADI, parâmetro é a regra que está sendo lesada.
- b) Podem servir de parâmetro para ADI e ADC qualquer norma materialmente constitucional.
- c) Havendo alteração do regramento constitucional indicado como parâmetro, haverá prejudicialidade da ADI proposta.
- d) Para fins de ADC, parâmetro de controle é a norma questionada.

53. Sobre as Medidas Provisórias é CORRETO afirmar:

- a) Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- b) Prorrogar-se-á o período a vigência de medida provisória que, no prazo de quarenta e cinco dias, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.
- c) As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Senado Federal.
- d) É vedada a reedição, no mesmo período legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

54. Quanto ao sistema de controle dos atos administrativos do Poder Judiciário, anote a opção CORRETA:

- a) O Poder Judiciário sofre controle nas formas interna e externa.
- b) O CNJ, diante da existência de membros de fora da magistratura, é considerado controle misto (interno e externo).
- c) A Corregedoria é órgão do Poder Judiciário com função de fiscalização dos juízes, em sua atividade jurisdicional e administrativa.
- d) A fiscalização interna dos atos administrativos do Poder Judiciário cabe aos próprios tribunais, à Corregedoria, à Ouvidoria e ao Conselho Nacional de Justiça.

55. Marque a opção INCORRETA sobre as formas de Estado:

- a) O Estado unitário admite descentralização administrativa.
- b) O Estado composto se caracteriza pelo pluralismo de entidades com capacidade legislativa.
- c) O Estado unitário veda a descentralização político-administrativa.
- d) O que define a descentralização de um estado é a distribuição da capacidade legislativa.

56. No que tange aos princípios, quais são considerados comuns a todos os ramos do saber:

- a) Monovalentes.
- b) Plurivalentes.
- c) Onivalentes.
- d) Setoriais.

DIREITO ELEITORAL

Rafael Barretto

57. Sobre os juízes eleitorais é correto afirmar que:

- a) são órgãos da justiça eleitoral, organizados em carreira, cujo ingresso se dará no cargo inicial de juiz substituto, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.
- b) são órgãos da justiça eleitoral, mas não há um quadro próprio e exclusivo de juízes eleitorais, sendo a judicatura eleitoral em primeiro grau exercida por juízes federais.
- c) são órgãos da justiça eleitoral, mas não há um quadro próprio e exclusivo de juízes eleitorais, sendo a judicatura eleitoral em primeiro grau exercida por juízes estaduais de primeiro grau.
- d) compete aos juízes eleitorais julgar o registro de diretório municipal de partido político e expedir diploma aos eleitos para os cargos municipais.

58. Acerca das condições de elegibilidade, é correto afirmar que:

- a) A aferição das condições de elegibilidade deve ser realizada até a data da eleição.
- b) Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, o conceito de domicílio eleitoral não é correlato ao conceito de domicílio civil.
- c) Para concorrer às eleições o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, 1 ano antes do pleito e estar com a filiação partidária definida pelo partido no mesmo prazo.
- d) A idade mínima exigida dos candidatos a vereador deverá ser verificada tendo como referência a data da posse.

59. Acerca das inelegibilidades, é correto afirmar que:

- a) A Constituição definiu, de maneira exaustiva, as hipóteses de inelegibilidade.
- b) A hipóteses de inelegibilidade foram definidas de maneira não exaustiva na Constituição, podendo a lei ordinária instituir novos casos de inelegibilidade.
- c) As hipóteses infraconstitucionais de inelegibilidade devem ser instituídas por lei complementar, que deverá prever ainda os prazos de cessação da inelegibilidade
- d) As hipóteses infraconstitucionais de inelegibilidade devem ser instituídas por lei complementar, que poderá, ante a gravidade da situação, estabelecer hipótese de inelegibilidade por prazo indeterminado.

60. Acerca do abuso de poder econômico durante o período pré-eleitoral, é correto afirmar que:

- a) A prática de abuso de poder econômico se restringe a atos praticados durante o período eleitoral, não abrangendo os atos do período pré-eleitoral.
- b) Para a configuração do abuso de poder econômico é necessário que os gastos eleitorais e os atos de propaganda sejam ilícitos.
- c) Condutas que não configuram propaganda antecipada não podem configurar abuso de poder econômico.
- d) É possível que condutas que não configuram propaganda antecipada configurem abuso de poder quando presentes os seguintes elementos: a) os meios utilizados ultrapassam o limite do razoável; b) as condutas sejam reiteradas; c) os custos, a capilaridade, a abrangência e o período de exposição sejam expressivos.

61. Acerca da arrecadação e aplicação de recursos financeiros em campanha eleitoral, é correto afirmar que:

- a) A arrecadação de recursos pelos candidatos exige a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e a abertura de uma única conta bancária destinada a registrar toda a movimentação

financeira de campanha, inclusive os recursos do fundo eleitoral e do fundo partidário

- b) Pré-candidatos podem realizar arrecadação prévia de recursos mediante instituições que promovam técnicas e serviços de financiamento coletivo por meio de sítios na internet, podendo os recursos serem utilizados com gastos de pré-campanha eleitoral.
- c) Partidos não precisam abrir conta bancária específica para movimentação financeira de campanha, podendo utilizar a conta partidária anual
- d) Candidatos podem realizar arrecadação prévia de recursos mediante instituições que promovam técnicas e serviços de financiamento coletivo por meio de sítios na internet, mas a liberação de recursos por parte das entidades arrecadoras fica condicionada ao registro da candidatura e a abertura de conta bancária específica para movimentação de recursos da campanha

62. Sobre o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (Fundo Eleitoral), é incorreto afirmar que:

- a) O Fundo Eleitoral é constituído por dotações orçamentárias da União, sendo destinado aos partidos políticos conforme critérios definidos em lei.
- b) Inexistindo candidatura própria ou em coligação na circunscrição, o partido pode repassar os recursos do Fundo Eleitoral para outros partidos políticos ou candidaturas desses mesmos partidos.
- c) Os partidos políticos devem destinar no mínimo 30% (trinta por cento) do montante do Fundo Eleitoral para aplicação nas campanhas de suas candidatas e, havendo percentual mais elevado de candidaturas femininas, o mínimo de recursos do Fundo Eleitoral deve ser aplicado no financiamento das campanhas de candidatas na mesma proporção.
- d) O partido político tem autonomia para definir os critérios internos de distribuição dos recursos do fundo eleitoral, mas deve divulgar publicamente os critérios definidos, os quais devem ser aprovados pela maioria absoluta dos membros do órgão de direção executiva nacional do partido.

JUIZADOS ESPECIAIS

Rodrigo Vaslin / Ivan Marques

63. Assinale a alternativa correta em relação aos juizados especiais:

- a) Além do pedido, a contestação, bem como es embargos de declaração podem ser feitos de forma oral.
- b) O exercício do direito de ação no Juizado Especial Cível é obrigatório para o autor.
- c) Na aferição do valor da causa, deve-se levar em conta o valor do SM em vigor na data do julgamento do feito.
- d) É vedada a apresentação de testemunhas na audiência sem arrolamento prévio.

64. Assinale a alternativa que se encontra em desacordo com a lei 9.099/1995:

- a) A apresentação de novos documentos por uma das partes na audiência resultará em seu adiamento.
- b) Os embargos de declaração opostos no âmbito do juizado interrompe o prazo para interposição de recurso.
- c) O recurso terá somente efeito devolutivo, podendo o Juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte.
- d) Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

65. Maicon, na condução de veículo automotor, causou lesão corporal de natureza leve (art. 303, do Código de Trânsito Brasileiro) em Marta, pedestre que estava atravessando a rua fora da faixa de segurança. Marta afirmou na delegacia que tinha interesse em representar em face de Maicon. Em audiência preliminar, houve a composição dos danos civis, reduzida a termo e homologada pelo juiz em sentença. No dia seguinte, Marta se arrepende, procura seu advogado e afirma não ter interesse na execução do acordo celebrado. Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Marta deverá

- a) interpor recurso de apelação da sentença que homologou a composição dos danos civis para tentar revertê-la.
- b) esclarecer que o acordo homologado acarretou renúncia ao direito de representação e é irrecurável.
- c) interpor recurso em sentido estrito da sentença que homologou composição dos danos civis tentando revertê-la.
- d) esclarecer que, sendo crime de ação penal de natureza pública, não caberia composição dos danos civis, mas sim transação penal, de modo que a sentença é nula.

66. À luz da lei que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A competência do juizado será determinada pelo local da prática da conduta descrita no tipo penal.
- b) A citação será pessoal e se fará no próprio juizado.
- c) O instituto da transação penal pode ser concedido pelo juiz sem a anuência do Ministério Público.
- d) Tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

**CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO
JUDICIÁRIAS DO PARANÁ**

Tiago Zanolla

67. Em determinada Comarca do interior do Estado, a Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil vem pleiteando a criação de mais uma Vara, diante do alto número de processos judiciais que tramitam naquela cidade.

Consoante dispõe o Código de Organização Judiciária do Estado, a instalação de unidade judicial depende de:

- a) existência de edifícios públicos apropriados ao Fórum, à Delegacia de Polícia e à Cadeia Pública, esta dotada da indispensável segurança e em condições de abrigar presos;
- b) população não inferior a 50.000 habitantes, com um mínimo de 10.000 eleitores;
- c) existência de renda tributária significativa do desenvolvimento econômico do município ou da microrregião, que não poderá ser inferior ao triplo da exigida para a criação de municípios no Estado;
- d) movimento forense anual, nos municípios que comporão a comarca, equivalente, no mínimo, à distribuição de 800 feitos, observando-se o que for estabelecido pelo Órgão Especial quanto à natureza dos processos;

68. Segundo a Lei n.º 14.277/2003, nas comarcas de entrância inicial, as escritanias cível e criminal poderão ser anexadas, a título precário, à medida que qualquer delas venha a vagar, mediante deliberação do

- a) Tribunal Pleno
- b) Órgão Especial
- c) Conselho da Magistratura.
- d) Corregedor-Geral de Justiça

69. Segundo a Lei n.º 14.277/2003, para a criação de Distrito Judiciário exige-se a preexistência de Distrito Administrativo e

- a) de população não inferior a 3.000 habitantes e de colégio eleitoral de, no mínimo, 2.500 eleitores.
- b) de população não inferior a 4.000 habitantes e de colégio eleitoral de, no mínimo, 1.500 eleitores.

c) de população não inferior a 8.000 habitantes e de colégio eleitoral de, no mínimo, 3.000 eleitores.

d) de população não inferior a 10.000 habitantes e de colégio eleitoral de, no mínimo, 5000 eleitores.

70. Segundo a Lei n.º 14.277/2003, comarcas, segundo a importância do movimento forense, a densidade demográfica, a situação geográfica e a condição de sede de seção judiciária, são classificadas em:

- a) Entrância Inicial, Intermediária e Final
- b) Entrância Inicial, Intermediária e Especial
- c) Primeira, Segunda e Terceira Entrância
- d) Primeira, Segunda e Entrância Especial

71. Segundo o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, os Livros obrigatórios, por determinação do Código de Normas, que não podem ser gerados pelo Sistema Informatizado, deverão ser formados por folhas soltas (A4), em pastas-arquivo, observando-se

- a) o limite de 100 folhas
- b) o limite de 200 folhas
- c) o limite de 250 folhas
- d) o limite de 300 folhas

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

72. Vanessa constituiu, regularmente, sociedade unipessoal limitada destinada ao comércio de calçados. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, Fernanda:

- a) não poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade.
- b) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, desde que a primeira esteja em atividade há pelo menos cinco anos.
- c) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, desde que se destine a outro ramo de negócio.

d) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, já que a legislação atual não prevê restrições para essa espécie.

73. Assinale a opção que indica o sobrevalor dado ao estabelecimento em vista de sua boa administração e organização de seus bens, que não se confunde com os bens imateriais propriamente ditos e que muitas vezes assume papel preponderante para o sucesso da empresa.

- a) clientela
- b) aviamento
- c) trespasse
- d) ponto empresarial

74. Nos termos da Lei de Falências, os créditos extraconcursais incluem o(a)

- a) Crédito trabalhista no valor de até cem salários mínimos.
- b) Crédito com privilégio especial, com direito de retenção atribuído por lei sobre a coisa dada em garantia.
- c) Obrigações trabalhistas constituídas após a decretação da quebra.
- d) multa contratual e a pena pecuniária.

75. De acordo com o Código Civil, é característica das sociedades cooperativas, EXCETO

- a) o concurso de sócios em número mínimo necessário para compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo.
- b) a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade.
- c) a indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios.
- d) a impossibilidade, aliada à invariabilidade, de dispensa do capital social.

76. A resolução de uma sociedade simples pode ocorrer por

- a) decurso do prazo de duração ou por decisão majoritária dos sócios, quando a sociedade tiver prazo indeterminado.
- b) decisão unânime dos sócios e por perda da autorização legal para o funcionamento da sociedade.
- c) morte do sócio, se não houver disposição diferente no contrato social, ou por exclusão judicial do sócio devido a falta grave no cumprimento de obrigações societárias.
- d) falta de pluralidade de sócios por mais de cento e oitenta dias e por perda da autorização legal para o funcionamento da sociedade.

77. À luz do Código Civil, assinale a opção correta a respeito do Empresário Individual.

- a) O nome empresarial deverá ser formado com o uso do termo limitada após a firma ou a denominação social.
- b) é obrigatório o uso da firma na composição do nome empresarial.
- c) A formação dessas empresas poderá ser resultado da concentração de quotas de outra modalidade societária na pessoa de um único sócio.
- d) As regras previstas para EIRELI devem ser aplicadas subsidiariamente.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério da Cunha

78. Considerando o instituto da denúncia espontânea, assinale a opção incorreta:

- a) Se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração, desde que ainda não transitada em julgada a apuração
- b) - O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
- c) A responsabilidade pelos juros de mora não é excluída pela denúncia espontânea da infração.

d) o instituto da denúncia espontânea não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.

79. Acerca da jurisprudência predominante nos tribunais superiores sobre o Imposto Sobre Transmissão causa mortis e doações- ITCMD assinale a opção correta:

- a) O imposto de transmissão causa mortis é devido pela alíquota vigente ao tempo da partilha de bens.
- b) O imposto de transmissão causa mortis é exigível antes da homologação do cálculo.
- c) É legítima a incidência do imposto de transmissão causa mortis no inventário por morte presumida.
- d) É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão causa mortis e doações.

80. Sobre o Imposto Sobre circulação de mercadorias e serviços, julgue as afirmativas abaixo:

I - As alíquotas do imposto poderão ser reduzidas ou majoradas por ato do poder executivo não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b da Constituição Federal.

II- Incide ICMS no serviço dos provedores de acesso à Internet.

III - A concessão de benefícios dependerá sempre de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos Estados representados no Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ)

IV- O ICMS não incide na gravação e distribuição de filmes e videoteipes

Estão corretas as afirmações:

- a) Apenas I
- b) Apenas II;
- c) Apenas III;
- d) Apenas IV;

81. De acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores sobre o regime jurídico dos impostos municipais, assinale a alternativa correta:

- a) O imposto de transmissão inter vivos incide sobre a construção, ou parte dela, realizada pelo adquirente, mas sobre o que tiver sido construído ao tempo da alienação do terreno.
- b) Incide ITR (e não IPTU) sobre imóvel localizado na área urbana do Município, desde que, comprovadamente, seja utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.
- c) Não viola a constituição lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis – ITBI com base no valor venal do imóvel
- d) Não Incide ISSQN sobre operações de arrendamento mercantil financeiro;

82. Sobre as causas de suspensão e exclusão do crédito tributário julgue os itens abaixo:

() A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído.

() A anistia não abrange os atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.

() O parcelamento será concedido na forma e condições estabelecidas na legislação tributária.

() A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido ao seu beneficiário

Assinale a opção que reflete a ordem das assertivas:

- a) V,V,V,V.
- b) F,F,F,F.
- c) F,V,F,F
- d) V, F, F,F

83. De acordo com as normas previstas no Código Tributário Nacional para a legislação tributária, assinale a opção correta.

- a) O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- b) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre a suspensão ou exclusão do crédito tributário.
- c) A lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, permitida a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;
- d) é necessária lei em sentido formal para a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo, em qualquer situação.

DIREITO AMBIENTAL

Rodrigo Assumpção

84. Sobre os princípios ambientais, é correto afirmar:

- a) O princípio da precaução determina que se deve buscar e priorizar a preservação ambiental, em detrimento da reparação. Nesse caso já se conhecem a extensão e a natureza dos males ambientais;
- b) O princípio da prevenção estabelece que, em caso de incerteza quanto ao risco ambiental de determinada atividade, deve ser determinado ao empreendedor que adote medidas para resguardar o meio ambiente de eventuais danos que possam ser causados.
- c) O princípio do poluidor-pagador impõe ao responsável pela degradação do meio ambiente o dever de responder pelos danos ambientais causados pela atividade exercida e em atenção a este princípio foi criada a responsabilidade civil ambiental subjetiva.
- d) O princípio do usuário pagador tem como finalidade estimular o uso racional dos recursos naturais, através da determinação de pagamento pelo uso.

85. Sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), contida na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, assinale a alternativa correta:

- a) É princípio da Política Nacional do Meio Ambiente a compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
- b) Para os fins previstos na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, entende-se por poluição, a alteração adversa das características do meio ambiente.
- c) É órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.
- d) É instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente o controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras.

86. Em relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei nº 9.985/00), é correto afirmar que:

- a) O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.
- b) O Refúgio de Vida Silvestre compõe o grupo das Unidades de Proteção Integral.
- c) A Reserva Biológica tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
- d) A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

87. É entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça:

- a) A inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental.
- b) Admite-se a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.
- c) Não se admite a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar.
- d) No caso de degradação ambiental provocada por acidente nuclear, aplica-se a teoria do risco integral.

88. Pedro era proprietário de uma fazenda composta em uma parte por uma Área de Preservação Permanente (APP). No ano de 2019, Pedro, sem qualquer autorização legal, promoveu um amplo desmatamento em sua propriedade, inclusive com corte de árvores cuja proibição emana da lei. Em 2020, Antônio adquiriu a propriedade de Pedro e no mesmo ano o desmatamento ilegal foi detectado pelas autoridades ambientais do Estado. Neste contexto,

- a) Antônio ficará desobrigado de reparar os danos ambientais, pois o desmatamento foi realizado exclusivamente por Pedro.
- b) Antônio e Pedro serão responsáveis pela reparação dos danos ambientais.
- c) Somente Antônio ficará obrigado à reparação ambiental, pois adquiriu a propriedade consciente da realização do desmatamento ilegal.
- d) Por se tratar de APP, a competência para lavrar o auto de infração é apenas do Município.

89. Em relação ao licenciamento ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) O licenciamento ambiental é o ato administrativo que confere ao empreendedor a possibilidade de instalação e operação de sua atividade.
- b) O critério da dominialidade do bem afetável estabelece que a competência para o licenciamento ambiental observará a extensão do impacto ambiental.
- c) O prazo de validade da licença de operação é de até cinco anos.

d) A renovação da licença de operação deverá ser requerida com a antecedência mínima de cento e vinte dias do seu vencimento, ficando automaticamente renovada até a manifestação do licenciante.

90. Sobre a reserva legal, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo a jurisprudência majoritária dos tribunais superiores, a reserva legal é passível de indenização.
- b) Se indicado pelo Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, o Poder Público poderá reduzir a Reserva Legal na Amazônia Legal nas áreas de florestas de 80% para até 50%.
- c) No cálculo da Reserva Legal são excluídas, em todas as hipóteses, as Áreas de Preservação Permanente (APPs).
- d) A Reserva Legal deve possuir a dimensão mínima de 35% nos imóveis situados em áreas de campos gerais da Amazônia Legal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Wagner Damázio

91. Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, os princípios são mandamentos nucleares de um sistema e funcionam como alicerces. Além disso, eles compõem o espírito e servem como critério para a exata compreensão e inteligência daquele sistema. A partir dessa definição doutrinária e tendo por base os princípios existentes no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

- a) A participação do usuário na administração pública é citada expressamente pela Constituição Federal de 1988, tendo sido regulamentada posteriormente pelo legislador ordinário.
- b) Os princípios da motivação, da razoabilidade e da indisponibilidade do interesse público são infraconstitucionais, não estando previstos expressamente em nossa atual Carta Magna.
- c) O princípio da juridicidade levou ao aumento da discricionariedade da autoridade administrativa.

d) O princípio da sindicabilidade traz a noção de que os atos praticados pela Administração estão sujeitos a algum tipo de controle, este podendo ser interno ou externo.

92. Assinale a alternativa correta sobre a teoria do “Estado em rede”:

- a) É característica do modelo burocrático de administração, não sendo mais implementada atualmente no Brasil.
- b) Visa realizar uma gestão para a cidadania, levando ao diálogo e à democratização da atuação pública.
- c) Prioriza a ênfase em processos administrativos e ritos, a fim de assegurar direitos como contraditório e ampla defesa.
- d) É o modelo de organização da administração pública brasileira, baseada na hierarquia e em relação de subordinação.

93. Os atos administrativos são manifestações de vontade do Estado no exercício da função administrativa, sendo comandos complementares à lei para a concretização de determinados efeitos jurídicos. Assinale a alternativa que corretamente expõe um entendimento jurisprudencial quanto aos atos administrativos.

- a) Os atos administrativos de gestão devem ser acompanhados pelos interessados, seguindo à risca os ditames das garantias constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal.
- b) O direito da Administração Pública de instaurar o procedimento administrativo de revisão de ato administrativo está sujeito ao prazo decadencial de 5 anos.
- c) No caso de haver pagamento salarial indevido a servidor público por erro da Administração é possível haver a sustação imediata do pagamento a maior, podendo-se também exigir do beneficiado a restituição dos valores já pagos.
- d) Atos administrativos inconstitucionais podem ser revistos a qualquer momento, não sendo suscetíveis de consolidação pelo transcurso do prazo decadencial previsto na legislação.

94. Acerca das licitações públicas e da legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) Na concorrência para venda de bens imóveis, a fase de habilitação se limita à comprovação do recolhimento de quantia equivalente a 10% do valor da avaliação do bem.
- b) A existência de projeto executivo é dispensável quando da publicação do edital, que poderá ser desenvolvido concomitantemente à execução das obras e serviços.
- c) A Lei Federal nº 8.666/93 possibilita a contratação integrada, em que os projetos básico e executivo são desenvolvidos pelo mesmo contratado.
- d) O recurso interposto em função do indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral sempre terá efeito suspensivo.

95. O poder de polícia pode ser definido como a atividade da Administração Pública que estabelece limitações à liberdade e propriedade dos particulares, podendo ser exercida por meio de atos normativos ou concretos, sempre calcada na supremacia do interesse público. Sobre o exercício do poder de polícia, assinale a alternativa que reflita corretamente um entendimento jurisprudencial.

- a) Segundo o STJ, a notificação de aviso de autuação por infração de trânsito deve ser enviada ao responsável por comunicação postal com aviso de recebimento (AR).
- b) Segundo o STF, a competência municipal para a fiscalização de trânsito não pode ser desempenhada pela guarda municipal, devendo ser criada uma estrutura administrativa especializada para desempenhar tal tarefa.
- c) Segundo o STJ, é possível que a lavratura do auto de infração de trânsito seja feita pela empresa contratada por licitação para a instalação e operação dos equipamentos eletrônicos conhecidos como “pardais”.
- d) Segundo o STJ, é possível que uma sociedade de economia mista exerça o consentimento e a fiscalização, exercendo parte das atividades que caracterizam o poder de polícia.

96. Sobre o marco regulatório das organizações da sociedade civil (Lei Federal nº 13.019/14), assinale a alternativa correta:

- a) Não se aplica a disciplina dos convênios, disposta genericamente na Lei Federal nº 8.666/93, às parcerias previstas na Lei Federal nº 13.019/14.
- b) A lei estipula a exigência de chamamento público para a celebração de termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias.
- c) O procedimento de manifestação de interesse social é imprescindível para a celebração das parcerias previstas na Lei Federal nº 13.019/14.
- d) A prestação de contas da parceria que evidenciar impropriedade formal não causadora de dano ao erário será considerada irregular.

97. Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A definição do Código Civil exaure a enumeração dos bens públicos.
- b) Todos os bens públicos gozam da característica da inalienabilidade.
- c) O papel moeda em circulação no país pode ser considerado um bem público.
- d) As terras devolutas são qualificadas pela doutrina como bens públicos de uso especial.

98. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/92), a conduta de deixar de prestar contas quanto se está obrigado a fazê-lo:

- a) Pode levar o responsável à suspensão dos direitos políticos de 3 a 5 anos.
- b) Os sucessores do responsável estarão sujeitos às cominações da lei, até o limite do valor da herança.
- c) Apenas a pessoa jurídica prejudicada pela conduta omissiva do responsável está legitimada a ajuizar a ação de improbidade administrativa.
- d) A aplicação das sanções previstas na lei será automática no caso de rejeição das contas por parte do Tribunal de Contas competente.

99. Suponha que os policiais civis do Estado do Paraná declararam greve em função de insatisfação remuneratória. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) O movimento paredista poderá ser declarado legal, devendo a Administração Pública efetuar o desconto da remuneração pelos dias parados.
- b) É vedado o exercício de greve por parte de servidores que atuem diretamente na área de segurança pública.
- c) A Administração Pública poderá agir discricionariamente quanto ao desconto da remuneração pelos dias parados em decorrência da greve.
- d) A greve será ilegal diante da inexistência de lei que regulamente a greve dos servidores públicos.

100. Em relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) Não é possível a determinação judicial de bloqueio ou sequestro de verbas públicas como medida coercitiva para que haja o fornecimento de medicamentos por parte do Poder Público.
- b) Como regra geral, aplica-se o prazo trienal previsto na legislação civil para as ações de reparação civil demandadas contra o Estado.
- c) É possível a responsabilização estatal por danos morais causados a detentos em decorrência de estabelecimentos penais superlotados e sem padrões mínimos de humanidade.
- d) O cidadão prejudicado pela atuação de determinado agente público pode buscar a recomposição dos danos sofridos diretamente em face do responsável, facultando-lhe também ajuizar a ação contra a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora do serviço público.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-Juiz-TJ-PR-29-08>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
